

# 1 - A Formação Acadêmica Em Educação Física Adaptada No Brasil

Dr. Vinícius Denardin Cardoso<sup>1</sup>

Dr. Marcelo de Castro Haiachi<sup>2</sup>

Ms. Rafael Estevam Reis<sup>3</sup>

Dr. Lucas Portilho Nicoletti<sup>1</sup>

1. Universidade Estadual de Roraima - UERR

2. Universidade Federal de Sergipe - UFS

3. Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR

doi: 10.16887/90.a4.144

## The Academic Background Of Adapted Physical Education In Brazil

### Abstract

Adapted Physical Education (APE) is a remarkable facilitator for rehabilitation, quality of life and social inclusion process of people with disabilities. The academic background of the Physical Education teacher in Brazil is important for the development of sports and physical activities of this population. This essay, through a qualitative approach, aims to conduct a reflection on the academic training of the APE area in Brazil. The academic education of APE in Brazil grows and evolves constantly. There is a noticeable increase in the number of disciplines contemplating the subject in Higher Education Institutions, in both undergraduate and postgraduate courses, emphasizing the knowledge produced by education, research, and extension as a fundamental part of the Physical Education teachers' curriculum and also improvement actions promoted by government institutions to expand teacher training in Brazil.

**Keywords:** Adapted Physical Education, Academic background, People with disabilities.

## La Formation En Éducation Physique Adaptée Au Brésil

### Résumé

L'Éducation Physique Adaptée (EFA) c'est un important facilitateur pour la réhabilitation, la qualité de vie et le processus d'inclusion social des personnes handicapées. La formation académique du professeur d'Éducation Physique au Brésil est fondamentale pour le développement des activités physiques et sportives de cette population. Cet essai dont l'approche est qualitative, vise à mener une réflexion sur la formation académique dans le domaine d'EFA au Brésil. La formation académique en EFA au Brésil se grandit et évolue constamment, il y a une augmentation du nombre de matières qui abordent le thème dans les établissements d'enseignement supérieur, à la fois dans les licences ou les études approfondies, mettant en évidence les connaissances produites pour l'enseignement, la recherche et la vulgarisation en tant qu'élément fondamental de la formation des enseignants d'éducation physique et aussi l'amélioration des actions promue par des institutions gouvernementales pour étendre la formation des enseignants au Brésil.

**Mot-clés:** Éducation Physique Adaptée; Formation Académique; Personnes Handicapées.

## La Formación Académica Em Educación Física Adaptada En Brasil

### Resumen

La Educación Física Adaptada (EFA) es un importante facilitador para la rehabilitación, la calidad de vida y el proceso de inclusión social de las personas con discapacidad. La formación académica del profesor de Educación Física en Brasil es importante para el desarrollo de actividades físicas y deportivas para esta población. Este ensayo, con abordaje cualitativo tiene el objetivo de realizar una reflexión sobre la formación académica en el área de la EFA en Brasil. La formación académica en EFA en Brasil crece y evoluciona constantemente, se percibe el aumento del número de disciplinas que abordan la temática en las Instituciones de Enseñanza Superior, tanto en cursos de graduación y de postgrado, destacándose el conocimiento producido por la enseñanza, investigación y extensión como parte fundamental de la formación de profesores de Educación Física y también, la mejora de las acciones promovidas por las instituciones gubernamentales para ampliar la capacitación de docentes en Brasil.

**Palabras clave:** Educación Física Adaptada, Formación Académica, Personas con discapacidad.

### Resumo

A Educação Física Adaptada (EFA) é um importante facilitador para a reabilitação, a qualidade de vida e o processo de inclusão social de pessoas com deficiência. A formação acadêmica do professor de Educação Física no Brasil é fundamental para o desenvolvimento de atividades físicas e esportivas para esta população. Este ensaio, com abordagem qualitativa tem o objetivo de realizar uma reflexão sobre a formação acadêmica na área da EFA no

Brasil. A formação acadêmica em EFA no Brasil cresce e evolui constantemente, percebe-se um aumento do número de disciplinas que abordam a temática nas Instituições de Ensino Superior, tanto em cursos de graduação como de pós-graduação, destacando-se o conhecimento produzido pelo ensino, pesquisa e extensão como parte fundamental da formação de professores de Educação Física e também, aprimoramento de ações promovidas por instituições governamentais para ampliar a capacitação dos professores no Brasil.

**Palavras-Chave:** Educação Física Adaptada, Formação Acadêmica, Pessoas com deficiência.

## Introdução

A Educação Física está orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2013).

Ao pensar em diversidade, devemos proporcionar ações pedagógicas para que sejam construídos com os alunos, o conhecimento da cultura corporal, em suas dimensões afetivas, cognitivas, motoras e socioculturais; e também, o princípio da inclusão, destacando as diferenças como algo positivo para o processo educacional.

Contudo, é comum encontrarmos alguns professores de Educação Física que não se sentem preparados para ministrar aulas inclusivas para alunos com algum tipo de deficiência, sejam em atividades esportivas, recreativas ou de lazer (GORGATTI et al. 2004; AGUIAR; DUARTE, 2005). Assim, os alunos com deficiência matriculados na educação básica<sup>1</sup>, têm sido excluídos ou ignorados sem oportunidade de participação efetiva nas aulas de Educação Física.

Formação acadêmica limitada, problemas estruturais da escola e a não aceitação dos colegas de classe nas atividades, estão entre as barreiras a serem transpostas para a concretização do processo inclusivo das pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física.

Uma das alternativas para enfrentar esta realidade é o acesso aos conhecimentos produzidos pela Educação Física Adaptada (EFA), definida como uma área da Educação Física que visa adequar metodologias, sejam esportivas, recreativas ou de lazer, capazes de atender a pessoa com deficiência, respeitando suas características e incluindo-as nas atividades (PEDRINELLI, 2002).

A EFA é uma parte de Educação Física, cujos objetivos são o estudo e a intervenção profissional no universo das pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática das atividades físicas. Seu foco é o desenvolvimento da cultura corporal de movimento. Atividades como ginástica, dança, jogos e esportes, conteúdos de qualquer programa de atividade física, devem ser considerados tendo em vista o potencial de desenvolvimento pessoal (e não a deficiência em si) (PEDRINELLI; VERENGUER, 2013).

De acordo com Cidade e Freitas (2002) a EFA é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com deficiência, respeitando as características individuais e adequando metodologias de ensino para o desenvolvimento das atividades.

A EFA deve sensibilizar os acadêmicos dos cursos de graduação em Educação Física no sentido de potencializar mudanças, respeitar as diferenças e viabilizar as potencialidades de cada aluno; além de motivá-los a dar novos passos e oferecer oportunidade para que possam desfrutar do prazer proporcionado pela prática recreativa e esportiva.

Neste sentido, é importante destacar que a EFA é um componente obrigatório das matrizes curriculares dos Projetos pedagógicos dos cursos de formação acadêmico-profissional em Educação Física, conforme aponta a Resolução CNE/CP 02/2015 e também na recente CNE/CES 06/2018 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2015b; BRASIL, 2018).

Dessa forma, este estudo tem o objetivo de apresentar uma breve reflexão sobre a formação acadêmica em Educação Física Adaptada no Brasil.

## Metodologia

Este ensaio possui abordagem qualitativa e busca trazer ao leitor o entendimento o processo de formação acadêmica em Educação Física Adaptada no Brasil. Através da articulação com a literatura, trazemos breves discussões e reflexões pertinentes ao assunto.

Para substanciar este trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica em bases nacionais como: SCIELO, Google Acadêmico, Science Direct, como também no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ainda, em livros, documentos institucionais e sites oficiais.

---

<sup>1</sup> A Lei nº 13.146 – Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (LBI): destaca em seu capítulo IV, que toda pessoa com deficiência tem o direito à educação, e é garantindo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2015a).

Foram utilizados os seguintes descritores para a busca: “Educação Física Adaptada” and “Formação acadêmica”. Os critérios de inclusão dos artigos, teses e dissertações foram: (a) documentos originais na íntegra; (b) documentos publicados em língua portuguesa e; (c) publicados entre os anos de 1994-2018. Justificamos o recorte temporal por considerarmos a criação da SOBAMA - Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada e Declaração de Salamanca, ambas em 1994, podem ser consideradas propulsores da EFA no Brasil.

A busca resultou em 674 artigos, 792 teses e dissertações. No primeiro momento da avaliação dos documentos, excluímos os documentos duplicados e incompletos. Posteriormente, realizamos a leitura dos resumos e objetivos, excluindo aqueles que não se enquadravam nos objetivos do estudo. E na última etapa, identificados aqueles documentos que atendiam os objetivos de nossa investigação, para então incluir no estudo e leitura completa.

Assim, foram selecionados 15 artigos, 04 teses e dissertações para o estudo. Todos os dados foram coletados por dois avaliadores. Ainda foram excluídas, 05 referências para atender as normas editoriais.

Dessa forma, acreditamos que as colocações aqui postas, podem proporcionar algumas reflexões sobre o processo de Formação acadêmica em Educação Física Adaptada no Brasil.

## A Formação Em Educação Física Adaptada

A Universidade é extremamente significativa para a formação de professores de Educação Física no país. Ofertar com qualidade a formação acadêmica se torna um grande aliado para favorecer o processo inclusivo de pessoas com deficiência. Assim a Universidade é produtora e disseminadora do saber científico e profissional.

Tratando-se de Educação Física para pessoas com deficiência, o grande desafio da Universidade é além de formar professores qualificados em atividades que possibilitem o desenvolvimento da pessoa com deficiência, é contribuir para formação de cidadãos com valores e conscientes da urgente necessidade de favorecer o processo inclusivo.

Atualmente disciplinas como EFA e/ou Esporte Adaptado, fazem parte do currículo de cursos de Educação Física no Brasil, porém esta iniciativa surgiu somente depois da chamada “Crise da Educação Física” (MEDINA, 1983). Anterior a este período, as faculdades de Educação Física do país estavam voltadas para a competição e ao rendimento do aluno, deixando de lado questões inclusivas ao aluno com deficiência.

De acordo com Oliveira (1983 apud Ribeiro e Araújo, 2004), os interesses depositados na prática da Educação Física pautavam-se na eugenia da raça, formação de corpos disciplinados, dóceis e adestrados. Nesta perspectiva o professor de Educação Física passou a assumir o papel de preparador físico, incorporando às suas aulas exercícios de ordem unida e tornou-se um “disciplinador por excelência”.

Dentro desse contexto, os profissionais influenciados pela formação recebida, desenvolveram posturas discriminadoras, uma vez que o trabalho estava voltado aos mais habilidosos e talentosos e as pessoas com deficiências eram menosprezadas e tidas como incapazes de atingir qualquer resultado.

Muitos professores não receberam em sua formação conteúdos relacionados a EFA ou a Inclusão (CIDADE; FREITAS, 2002). A partir disso muitos educadores lutaram pela alteração do currículo, e nessa alteração estava proposto o atendimento a pessoas com deficiência.

Dessa forma, a EFA surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 03/87 do Conselho Federal de Educação, que possibilitou um novo olhar para a formação de profissionais (bacharel/licenciatura plena) em Educação Física para atuar com a pessoa com deficiência (BRASIL, 1987).

Mauerberg-deCastro (2005) destaca que essa resolução é considerada o marco para a formação profissional em EFA no Brasil, através dela, é tratado da reestruturação dos cursos de Educação Física e também, da atuação do professor de Educação Física com a pessoa com deficiência e outras necessidades especiais no país.

Segundo Ribeiro e Araújo (2004), essa mudança curricular representa o resultado de um movimento social amplo, que concebia o Homem como um sujeito histórico, social e cultural, ao invés de somente físico. Assim a Educação Física necessitava de uma abordagem capaz de contemplar todos os aspectos necessários na formação do indivíduo.

Após a reestruturação do currículo, foi possível perceber que muitas IES incluíram em suas matrizes curriculares disciplinas voltadas para a educação de pessoas com deficiência. Atualmente disciplinas como Educação Física Adaptada, Esportes Adaptados, Educação Física Inclusiva e Educação Física Especial estão presentes nas matrizes curriculares de cursos de Educação Física no Brasil (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004; FERREIRA, 2010).

A inclusão destas disciplinas pode ser compreendida como uma obrigatoriedade de cumprimento de decisões governamentais que buscavam um alinhamento com orientações internacionais (ex: Declaração de

Salamanca, 1994<sup>2</sup>) que apontavam para questões de normalização e integração das pessoas com deficiência, principalmente com a obrigatoriedade da inclusão escolar, que refletia diretamente na formação dos profissionais pertencentes a este meio (SILVA; ARAÚJO, 2005).

Além disso, a sociedade civil brasileira a partir de uma organização própria também se mobilizou no sentido de reconhecer a pessoa com deficiência como sujeito de direitos. O que pode ser ratificado na elaboração de documentos como a Lei n. 9.394 de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional (LDB) (BRASIL, 1996) e Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013 (BRASIL, 2013).

Até o ano de 1986, das 95 IES que ofertavam o curso de Educação Física no país, apenas 8 tinham em suas matrizes curriculares atividades específicas sobre atividade motora adaptada e esportes para pessoas com deficiência (PETTEGILL; COSTA, 1997).

A partir desse momento, os currículos dos cursos de graduação em Educação Física começaram a inserir disciplinas que promovessem atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência, sendo considerada de fundamental importância para a formação acadêmica dos futuros professores de Educação Física no país (RIBEIRO; SGUISSARDI, 1996).

Neste período, segundo Pedrinelli (2002) a EFA ganhou ênfase, ampliando a possibilidade de oferta de seus conteúdos dentro dos cursos de graduação, apresentando conteúdos de diferentes formas, e consequentemente, promovendo a qualificação na formação dos futuros professores.

No entanto, em um primeiro momento faltavam professores preparados para a docência destas disciplinas. Uma das alternativas foi a implementação de cursos de pós-graduação nessa temática de ensino. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, no início dos anos 80 foi a primeira instituição a promover cursos de especialização na área de Educação Física e esportes para pessoas com deficiência (MAUERBERG-deCASTRO, 2005).

Logo após, em 1988, surgiram outros cursos de especialização, como a Especialização em Educação Física e Esportes Adaptados na Universidade Federal de Uberlândia – UFU (DIEHL, 2006).

A formação continuada, desenvolvida através de cursos de extensão e de especializações, tornou-se uma possibilidade viável (SALERNO, 2014). Inicialmente para habilitar os professores que já estavam inseridos nas Universidades e que não haviam cursado disciplinas referentes à EFA durante sua formação, e posteriormente também para o aprimoramento de professores recém graduados.

Em 9 de dezembro de 1994, surge a SOBAMA - Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada, na cidade de São Paulo, é uma sociedade de caráter científico e educacional que visa o progresso dos estudos da EFA em todas as suas áreas. A ideia da criação da SOBAMA nasceu de vários profissionais que atuando na área por vários anos, sentiram a necessidade de concentrarem uma sociedade de caráter científico, facilitando, desta forma, o intercâmbio e a troca de experiências.

Já em 1996 nasce a Revista Científica da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada, criada para atender às necessidades de divulgação e discussão da produção científica e de assuntos da área.

Paralelo a isso, a SOBAMA promove o Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada, que se realiza a cada 2 anos. Em 2007 o Brasil sediou o Simpósio Internacional de Atividade Física Adaptada - ISAPA 2007, em Rio Claro – SP, proporcionando a promoção e disseminação da pesquisa em EFA e na ciência do esporte e sua aplicação prática para o benefício de pessoas com deficiência. O Simpósio Internacional de Atividade Física Adaptada proporcionou um direcionamento para profissionais locais em interagir com estudiosos internacionais na área e proporcionou a contribuição científica dentro da EFA.

Lima e Ribeiro (2001) destacam que a realização de debates, encontros e seminários, são importantes para encontrarmos mecanismos práticos que atendam as metas da inclusão em EFA.

No caso da Educação Física, a Resolução CNE/CP 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, já apontava à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade, propondo a inserção na matriz curricular, disciplinas que abordassem a Inclusão de pessoas com deficiência em todos os cursos de graduação (BRASIL, 2015b).

---

<sup>2</sup> O documento é uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi concebido na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca, em 1994. O texto trata de princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais, e dá orientações para ações em níveis regionais, nacionais e internacionais sobre a estrutura de ação em Educação para alunos com deficiência (BRASIL, 1994).

Nesse mesmo ano, a Lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão, também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, é considerada uma significativa conquista social pelas pessoas com deficiência.

A lei assegura a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. Estabelecendo ainda a adoção de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, com fornecimento de profissionais de apoio as pessoas com deficiência no ambiente escolar (BRASIL, 2015a).

Aliado a isso, em 2018, a Resolução CNE/CES 06/2018 do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física, também determina que os cursos de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) devem garantir em sua formação profissional, o conteúdo de Educação Física Escolar Especial e Inclusiva (BRASIL, 2018).

Percebe-se aqui, uma crescente ampliação de legislações que buscam assegurar e propor melhores condições em prol dos direitos de cidadania e educação de pessoas com deficiência.

Além da ampliação das legislações, atualmente é possível perceber grandes avanços na área da Educação Física e esportes para pessoas com deficiência, um grande número de entidades, eventos, cursos e ações surgiram para ampliar e disseminar o conhecimento desta área. Também há registro de teses, dissertações, artigos e outras publicações abordando sobre diferentes perspectivas teóricas o desenvolvimento da Educação Física para pessoas com deficiências (BARRETO et al., 2014).

Em relação a qualidade das publicações em Educação Física Adaptada e temas relacionados (Educação Física inclusiva, Esporte Adaptado, Esporte paralímpico, Educação Física Escolar Inclusiva), Barreto et al. (2014), ao investigarem as publicações em periódicos com estratos B1 e B2 para Educação Física, de acordo com *Qualis-CAPES*<sup>3</sup> (2010-2012) evidenciaram que, nesses 10 anos de pesquisas, foram realizadas poucas publicações de grande impacto na área.

No estudo de Schmitt et al. (2017), foi evidenciado 121 publicações em 26 periódicos investigados. Deste total, 100 artigos estão publicados em periódicos de estrato inferior (B1-B5 e C). Já os periódicos de estrato superior (A1- A2), totalizam 21 publicações dentro do recorte temporal investigado (1998-2007) no *Qualis-CAPES* (2013-2016).

Apesar disso, consideramos que essa constatação dos autores pode ser em decorrência do baixo número de periódicos da área de Educação Física com estratos A1-A2 no *Qualis-CAPES*, nos dois períodos acima.

Em relação aos cursos de graduação em Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), percebe que a maioria deles já possui disciplinas ligadas a EFA e aos Esportes Adaptados. Braga et al., (2009), constataram em seu estudo, 12 IES que possuíam em seus currículos disciplinas relacionadas a EFA e Esportes Adaptados.

Ferreira et al. (2013), em investigação com 10 universidades estaduais e federais de São Paulo, relatam que todos os cursos analisados dedicam parte da carga horária didática à disciplina de Educação Física Adaptada, com estágios obrigatórios e atividades complementares, totalizam entre 60 e 250 horas, e contempla, pelo menos, uma modalidade de atividade de caráter facultativo, como projetos de extensão à comunidade e grupos de estudo e pesquisa dedicados à Educação Física Adaptada.

Já Borella (2010) identificou 160 cursos de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) de 21 estados brasileiros que possuem alguma disciplina relacionada a essa temática em seus currículos.

Assim, em conjunto com a oferta de disciplinas nos cursos de graduação, a pós-graduação, tanto em nível de mestrado como de doutorado, tornou-se um caminho natural para aqueles que desejam aprofundar os seus conhecimentos nessa área.

A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) é uma referência em Educação Física e adaptação, em nível de mestrado e doutorado (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004). Cidade e Freitas (2002), relataram a existência de 11 programas de *Lato Sensu* e 4 de *Stricto Sensu* no Brasil em 2001 que possuíam linha de estudo em EFA.

Carmona, Pereira e Mazo (2014) ao investigarem os programas de pós-graduação em Educação Física no Brasil, constataram apenas uma área de concentração, duas linhas de pesquisa e 11 disciplinas que abordam diretamente as pessoas com deficiência, tendo apenas uma disciplina como foco central os esportes adaptados. Também identificam 11 grupos de pesquisa brasileiros que investigam diretamente a temática da Educação Física e a pessoa com deficiência.

---

<sup>3</sup> É um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - (CAPES) (CAPES, 2020).

Dessa forma, acreditamos que o papel das IES é decisivo e indispensável para que a Educação Física (enquanto ciência ou área de formação/intervenção profissional) possa capacitar e formar professores competentes para o desenvolvimento de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência.

Como afirmam Costa e Sousa (2004), a participação dos centros de excelência das Universidades representam um papel preponderante para propiciar as bases científicas necessárias para EFA, contribuindo com os conhecimentos produzidos, na preparação de profissionais, nas avaliações físicas, nas recomendações e no acompanhamento do trabalho de professores de Educação Física.

Também é pertinente destacar a atuação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que tem como objetivo consolidar o Movimento Paralímpico no Brasil, visando o pleno desenvolvimento e difusão do esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência em nosso país.

O CPB passou a contribuir progressivamente para o fomento do esporte de alto rendimento e também para a formação e qualificação de professores de Educação Física no Brasil.

Em 2010, é criada a Academia Paralímpica Brasileira (APB) responsável pela produção acadêmica e realização dos congressos paradesportivos que reúnem professores, profissionais e acadêmicos de diversas áreas que estão envolvidos com a EFA e o Esporte Paralímpico (CPB, 2016).

A APB estruturou suas ações técnico-científicas em duas áreas: *Educação e Formação e Ciência e Tecnologia* e tem como finalidade fomentar e produzir o conhecimento científico do esporte paralímpico. A área de "Educação e Formação" tem como finalidade a formação e capacitação de professores para atuarem nas diversas áreas do Esporte para pessoas com deficiência possuindo uma estreita relação com IES e Institutos de Pesquisa, públicos ou privados no país.

Seguidamente a APB oferece a comunidade científica cursos para preparação de professores de Educação Física no Brasil. O Congresso Paradesportivo Internacional e o Seminário Internacional Paralímpico Escolar buscam disseminar o conhecimento sobre a Educação Física e o Esporte para os professores inseridos em contexto escolar e de rendimento (CPB, 2016).

Recentemente o Comitê Paralímpico Brasileiro lançou o curso "Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte", no formato de ensino à distância (EaD), de forma gratuita. A iniciativa faz parte da meta de capacitar até 100 mil profissionais de Educação Física em esportes adaptados até 2025, definida no seu Planejamento Estratégico (CPB, 2019).

Portanto, cabe também as IES, ampliar sua rede de conhecimento, através de novas metodologias de ensino, convênios, parcerias para que continue sendo uma aliada ao desenvolvimento de professores qualificados para a EFA e o Esporte para pessoas com deficiência. Podemos reconhecer nestas iniciativas como sendo o processo inicial para a produção e disseminação do saber científico e profissional nessa área.

## Considerações Finais

A formação acadêmica em EFA está em constante evolução. Percebe-se a ampliação de disciplinas, de cursos de graduação e pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) relacionadas à Educação Física e a pessoa com deficiência nos últimos anos. Também é possível destacar o crescimento de publicações científicas de pesquisadores brasileiros em periódicos nacionais, compartilhando o conhecimento que é desenvolvido pela pesquisa e extensão.

Novas formas de ensino, como as plataformas EaD surgem e podem ser facilitadoras para ampliar e aprimorar a qualificação de professores de Educação Física em qualquer parte do país.

Cabe também destacar, a garantia através do crescente número de legislações no Brasil, da oferta de disciplinas relacionadas a Educação Física e a pessoas com deficiência, assegurando assim, a qualidade na formação do profissional de Educação Física.

Mais recentemente, em 2018, a Resolução CNE/CES nº 6/2018, que institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física, assegura que a formação para intervenção profissional à pessoa com deficiência deve ser contemplada nas duas etapas e nas formações tanto do bacharelado, quanto da licenciatura (BRASIL, 2018).

Dessa forma, a disciplina EFA, enquanto uma das áreas da Educação Física assume importante papel frente à população a que se destina. Como parte fundamental da formação de professores da área, representa uma etapa na construção de saberes em relação à atividade física e pessoas com deficiência.

Ao que parece, a EFA amadurece como área de conhecimento e intervenção a cada nova atitude em prol da pessoa com deficiência. O caminho do ensino, da pesquisa e da extensão pode contribuir para o processo inclusivo e promover a cidadania da pessoa com deficiência.

## Referências Bibliográficas

- AGUIAR, J. S., DUARTE, E. Educação Inclusiva: um estudo na área da Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 11, n. 2, p. 233-244, 2005.
- BARRÉTO, M.; FRANCISCO, E.; VALE, L. Análise das publicações sobre inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de educação física escolar em periódicos brasileiros online. **Pensar a Prática**, v. 17, n. 2, 30 junho 2014.
- BORELLA, D. R. **Atividade física adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de educação física**. São Carlos/SP: UFSCar, 2010. Tese de doutorado, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2010.
- BRAGA, G. F., FREITAS, P. S., CROZARA, L. F., FELICIANO, D. C. Expectativas para a Educação Física adaptada: novos caminhos. **Revista Lecturas, Educación Física y Deportes, Buenos Aires** - Año 14 - Nº 138. Nov. de 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd138/expectativas-para-a-educacao-fisica-adaptada.htm>. Acesso em: 29 abril 2018.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 03 de 16 de junho de 1987.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha: Conferência Mundial de Educação Especial, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 07 novembro 2018.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 15 maio 2018.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-%20diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-%20diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 16 outubro 2018.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, 2015a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 12 novembro 2018.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília, DF: CNE, 2015b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category\\_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 12 novembro 2018.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 6 de 18 de dezembro de 2018**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências, 2018. Disponível em: Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104241-rces006-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104241-rces006-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 fevereiro 2019.
- CARMONA, E. K.; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. Cenários da produção do conhecimento sobre o esporte adaptado no Brasil. In: Congresso Paradesportivo Internacional, IV, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Academia Paralímpica Brasileira, p. 46-50, 2014.
- CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Educação Física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista Integração – MEC**, v. 14, edição especial – Educação Física adaptada, p. 27-30, 2002.
- COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e Perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v. 25, n. 3, p. 7-160, maio 2004.
- CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro. **Academia Paralímpica Brasileira**. Disponível em: <http://cpb.org.br/187.38-89-161.groveurl.com/academia-paralimpica-brasileira/>. Acesso em: 20 janeiro 2016.
- CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro. CPB lança curso de EaD e visa capacitar 100 mil profissionais de Educação Física. Disponível em: [http://www.cpb.org.br/web/guest/noticias/-/asset\\_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/cpb-lanca-curso-de-ead-gratuito-e-visa-capacitar-100-mil-profissionais-de-educacao-fisica?](http://www.cpb.org.br/web/guest/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/cpb-lanca-curso-de-ead-gratuito-e-visa-capacitar-100-mil-profissionais-de-educacao-fisica?). Acesso em: 20 abril 2019.
- DIEHL, R. M. **Jogando com as diferenças**: jogos para crianças e jovens com deficiência. São Paulo: Editora Phorte, 2006.
- FERREIRA, E.; LOPES, R. G. B.; FERREIRA, R.; NISTA-PICCOLO, V. L. Um olhar sobre a Educação Física Adaptada nas universidades públicas paulistas: atividades obrigatórias e facultativas. **Journal of Physical Education**, v.24, n. 4, p. 581-595, 2013.
- FERREIRA, V. **Educação Física Adaptada**: Atividades Especiais. Rio de Janeiro: Sprint, 2010.
- GORGATTI, M. G. PENTEADO, S. H. N. W., PINGE, M. D., DE ROSE JR., D. Atitudes dos professores de educação física do ensino regular com relação a alunos portadores de deficiência. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. v. 12, n. 2, p.63-68, jun. 2004.

- LIMA, S. M.; RIBEIRO, S. Inclusão e esporte: um caminho a percorrer. **Revista da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada**. v. 6, n. 1, p.36-46, 2001.
- MAUERBERG-deCASTRO, E. **Atividade Física Adaptada**. Ribeirão Preto: Tecmed, 2005.
- MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo e “mente”**. Campinas: Papirus, 1983.
- PEDRINELLI, V. J. Educação Física Adaptada a serviço das diferenças: atual panorama na América do Sul. **Revista da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 7, n. 1, p. 45-51, 2002.
- PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R. C. G. Educação física adaptada: Introdução ao universo das possibilidades. In: GREGUOL, M.; COSTA, R. F. (Org.). **Atividade física adaptada**. Barueri: 4ªed. Manole, 2013.
- PETTENGILL, N. G., COSTA, A. M. A Educação Física e os Desportos para pessoas portadoras de deficiência, no Brasil no período de 1980 a 1992. In: **Educação Física e a pessoa portadora de deficiência: contribuição à produção do conhecimento**. Apolônio Abadio do Carmo & Rossana Valéria de Souza e Silva (org.). Uberlândia: p. 269-339. 1997.
- RIBEIRO, S. M., SGUISSARDI, V. A disciplina de Educação Física Adaptada nas universidades estaduais do Paraná: Legalidade e Improvisação. **Revista da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 1, n. 1, p. 12-17, 1996.
- RIBEIRO, S. M.; ARAÚJO, P. A formação acadêmica refletindo na expansão do desporto adaptado: uma abordagem brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v. 25, n. 3, p. 57 – 70, maio, 2004.
- SALERNO, M. B. **A formação em Educação Física e o trabalho com a pessoa com deficiência: percepção discente**. Campinas/SP: UNICAMP, 2014. Tese de doutorado, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- SCHMITT, B. D. BERTOLDI, R.; LEDUR, J.; BEGOSSI, T.; MAZO, J. Produção científica sobre esporte adaptado e paralímpico em periódicos brasileiros da educação física. **Kinesis**, v. 35, n. 3, dez. 2017.